



As mulheres e o Holocausto: dando visibilidade ao invisível

The Women and the Holocaust: Giving Visibility to the Invisible

Bruna Krimberg Von Mühlen*

Marlene Neves Strey**

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre sobreviventes da Segunda Guerra Mundial que imigraram da Europa para o Brasil, focando questões relativas à cultura, identidade e relações de gênero, por intermédio da investigação sobre o que as mulheres vivenciaram na Shoah.

Palavras-chave: Mulheres, holocausto, Segunda Guerra Mundial e gênero.

Abstract: This article is a reflection on survivors of the second world war who immigrated from Europe to Brazil, focusing on issues related to culture, identity and gender relations, through research into what women have experienced the Shoah.

Keywords: Women, Holocaust, Second World War and gender.

Introdução

Neste artigo fazemos uma reflexão sobre vários aspectos que envolvem os sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, e também os que não sobreviveram à perseguição nazista, focando nas mulheres. Refletir sobre um tema tão delicado como o Holocausto, em um primeiro momento nos deixa sem palavras. Talvez por que, como disse a argentina, filha de sobreviventes, Diana Wang (2007), não há palavras para denominar tal acontecimento; não existe explicação. Crimes contra a humanidade seguem acontecendo, tanto no que diz respeito à genocídios, como em Ruanda; campos de concentração, como na Coreia do Norte – em que cerca de 200 mil pessoas estão nesses campos de concentração atualmente (GUZZO e BORGES-TEIXEIRA, 2010; SANTOS, LUCENA e DRAKOULAKIS, 2010); tanto no que tange à discriminação e antissemitismo de alguns grupos de skinheads, que em Porto Alegre, em 2005, agrediram judeus no bairro cidade baixa, e apenas em 2010 foram julgados (RÁDIO GAÚCHA, 2010). Sobre o tema, em dezembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por consenso uma norma em que se apela



aos governos mundiais que combatam todos os sinais de intolerância religiosa (IHU, 2011).

Inicialmente, fizemos um levantamento dos filmes e museus que evidenciam o desejo humano de tentar entender e refletir sobre o “inominável”, e não deixar que tal acontecimento seja apagado da memória. Alguns filmes são: *O diário de Anne Frank* (1959), baseado em fatos reais sobre o diário de uma menina holandesa que vivia com sua família escondidos num sótão durante a guerra; *A lista de Schindler* (1993), que conta a história de um industrial alemão que negociava com os nazistas a utilização de trabalhadores judeus em sua fábrica, poupando-os de serem levados para os campos de concentração; *A vida é bela* (1997), que narra a história de um pai com força extraordinária para salvar o filho da morte e da realidade da guerra; *O pianista* (2002), sobre um judeu polonês, que interpretava peças clássicas na rádio, quando as primeiras bombas caíram sobre a Polônia; *Os falsários* (2008), em que um brilhante falsificador judeu é preso e cooptado pelos nazistas para coordenar a fabricação de cédulas estrangeiras numa gráfica montada dentro de um campo de concentração, onde ele e o grupo tinham algumas 'mordomias', como comer; *O menino do pijama listrado* (2008) sobre a amizade entre dois meninos de oito anos – um judeu e um alemão – que vivem separados por uma cerca eletrificada; e o recente filme, inspirado no livro de mesmo nome, *A chave de Sarah* (2011), sobre uma jornalista que descobre que o apartamento para o qual ela e o marido planejam se mudar na França pertenceu aos Starzynski, uma família judia imigrante que fora desapossada pelo governo francês da ocupação. A jornalista decide descobrir o destino dos ocupantes anteriores – e a história de Sarah, a única sobrevivente dos Starzynski, é revelada (REVISTA ÉPOCA, 2009; FILMOW, 2011).

Em relação a museus do Holocausto, listamos alguns pelo mundo: Yad Vahem, em Jerusalém, Israel; United States Holocaust Memorial Museum, em Washington, EUA; Ravensbruck Women's Concentration Camp Memorial Museum, em Furstenberg, na Alemanha; Museo del Holocausto de Buenos Aires, na Argentina; Jewish Holocaust Museum and Research Center, em Melbourne, na Austrália; Mauthausen Concentration Camp Memorial, na Áustria; Kazerne Dossin: Memorial, Museum and Documentation Centre on Holocaust, na Bélgica; Montreal Holocaust Memorial Centre, no Canada; Terezin Memorial, na República Tcheca; Memorial de la Shoah, em Paris; Budapest Holocaust Memorial Center, na Hungria; Holocaust Education Center, no Japão; Anne Frank House, em Amsterdã, Holanda; Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum, na Polônia; Russian Holocaust Foundation, em Moscou, Rússia; Cape Town Holocaust Centre, na África do Sul; Imperial War Museum Holocaust Resources, em Londres (ISRAEL SCIENCE AND



TECHNOLOGY DIRECTORY, 2010). Recentemente, no dia 20 de novembro de 2011, foi inaugurado o primeiro Museu do Holocausto do Brasil, em Curitiba, tendo como objetivo primordial o aspecto pedagógico, como disse Miguel Krigsner, presidente da Associação Casa de Cultura Beit Yaacov, administradora do museu e descendente de judeus que sofreram perseguições durante a Segunda Guerra: "Pretendemos não atacar qualquer etnia, não temos intuito político nem de propaganda; o que queremos é levar à reflexão o momento atual, em que a intolerância em relação ao diferente vem à tona. Precisamos saber o que é possível fazer com uma propaganda orientada, como o ódio é gerado com informações distorcidas". Para o acervo a comunidade judaica paranaense levantou uma lista com 82 nomes de pessoas que sofreram algum tipo de perseguição entre 1933 e 1945. Desses, 15 ainda estão vivos. Deles vieram doações de documentos, fotos e certidões. Também foi importante a parceria com museus semelhantes pelo mundo, como o Yad Vashem, que doou um fragmento da Torá, o livro sagrado judaico (velho testamento), salvo na Noite dos Cristais, quando sinagogas foram queimadas em 9 de novembro de 1938 em toda a Alemanha e a Áustria. O museu é pequeno, estrangulado, um caminho tortuoso, e isso propositalmente, congruente com o sofrimento das vítimas. O museu mostra a história de vida das pessoas no pré-guerra, durante a perseguição e a resistência no domínio nazista, e o pós-guerra, com os campos de refugiados e rotas de imigração. Há também telefones em que se ouve a história dos chamados "justos", os não judeus que ajudaram a salvar judeus. (EXAME, 2011). Também existiram as "justas" como Aracy de Carvalho, mulher de Guimarães Rosa, que trabalhou no consulado brasileiro em Hamburgo de 1936 a 1942, ajudando muitos judeus a deixarem a Alemanha (SCHPUN, 2011).

Em um segundo momento, refletir sobre as vítimas da Segunda Guerra Mundial, nos remeteu para o esclarecimento de alguns conceitos, como Holocausto, devido à incongruência do significado com o emprego do termo; bem como a definição do termo "Shoah", mais propício para denominar tal catástrofe. Também consideramos importante situar historicamente a Segunda Guerra Mundial, no Brasil e no mundo. Assim como a importância de jamais esquecer essa atrocidade para que nunca se repita, contextualizando o Yom Hashoah. Por fim, abordamos as questões de relações de gênero, focando nas mulheres do Holocausto.

1 Método

Este artigo se originou de uma pesquisa de mestrado, que investigou como se deu o processo migratório de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, da Europa para o Brasil. A partir de documentos com depoimentos dos



sobreviventes buscou-se investigar, entre outras coisas, questões relacionadas às relações de gênero, na Europa nazista e depois no Brasil. Na busca de informações referente a mulheres, artigos e livros que retratavam a questão específica de mulheres no holocausto foram encontrados. Assim, o presente texto é parte da dissertação de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda autora, em que se realizou uma revisão de literatura assistemática. Os seguintes descritores foram utilizados: Mulheres, holocausto, sobreviventes, Segunda Guerra Mundial, gênero. Tais descritores foram buscados no título, ou/e no resumo, ou/e no texto. Os critérios de inclusão para seleção de artigos relevantes foram abordar a questão das mulheres na Segunda Guerra Mundial e o tema do holocausto relacionado ao gênero.

2 Resultados

2.1 Contextualizando: A Segunda Guerra Mundial e a perseguição aos judeus

A Segunda Guerra Mundial se inicia, oficialmente, em 1939 com a invasão da Alemanha à Polônia. De um lado, os Aliados (União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, China, Polônia, França e, posteriormente, o Brasil) e do outro o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Os países que não se envolveram inicialmente acabaram aderindo ao conflito em resposta a eventos como a Invasão da União Soviética pelos alemães e os ataques japoneses contra as forças dos Estados Unidos no Pacífico em Pearl Harbor, que resultou em declarações de guerra contra o Japão pelos EUA (OLIVEIRA, SANTOS, BARREIRA, LOPES, FILHO, e AMORIM, 2009).

Na era Vargas, no Brasil, várias pessoas do governo nutriam admiração pelos nazistas. O Estado Novo manteve uma política de apoio aos Estados Unidos, por uma mera questão de benefícios econômicos, rompendo relações diplomáticas com o Eixo. Isto fez com que o Brasil se tornasse alvo de torpedos de Hitler, em 1942, quando diante de uma reação popular a favor da guerra, a partir dos ataques nazifascistas a navios mercantes brasileiros na costa nordestina (que mataram 975 pessoas, além de numerosa perda de material), o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália (VIDAL, 2002; SANDER, 2007). Com isto, mais de 200 mil brasileiros foram mobilizados, para realizar defesa interna e também lutar contra o nazismo na Europa. Mas, devido a dificuldades materiais somente 25.443 homens embarcaram para o combate. Durante nove meses, entre 1944 e 1945, as tropas brasileiras lutaram ao lado das tropas norte-americanas, saindo vitoriosas (FERRAZ, 2010).

Marcado por um número significativo de ataques contra civis, incluindo o Holocausto, violência sexual, e a única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, foi o conflito mais letal da história da humanidade, com



mais de setenta milhões de mortos. A guerra terminou com a vitória dos Aliados em 1945. Hitler permaneceu popular até ao fim do seu regime com a ajuda de seu chefe de propaganda, Joseph Goebbels, o qual conseguiu convencer a maioria dos alemães de que Hitler era o salvador da Depressão, dos Comunistas, do tratado de Versalhes, e dos semitas (PRACANA, 2002).

A Segunda Guerra Mundial foi global, envolveu todos os estados independentes do mundo, voluntariamente ou não. O mundo assistiu à expulsão compulsória e ao morticínio em escala astronômica; fenômeno tão incomum que novas palavras tiveram de ser inventadas, como apátrida e genocídio (TELLES, 2011).

2.2 Holocausto, ou melhor, Shoah

Muitos holocaustos existiram na história da humanidade e seguem existindo na contemporaneidade. Como o de minorias no Camboja, os curdos mortos no Iraque, as mortes na antiga Iugoslávia, e o grupo étnico dos hutus que foram perseguidos e assassinados pela etnia tutsis na Ruanda (GUZZO e BORGES-TEIXEIRA, 2010; SOUZA, 2010). No entanto, o Holocausto da Segunda Guerra Mundial é considerado por muitos o maior crime contra a humanidade. Na abertura do Tribunal Internacional de Nürenberg, em 1945, Robert Houghwout Jackson, então promotor chefe dos Estados Unidos, pronunciou que “Nunca a História registrou um crime perpetrado contra tantas vítimas ou executado com tanta calculada crueldade” (NETO, CARDOSO, RICCIO, E SAKATA, 2008). Aproximadamente seis milhões de judeus foram exterminados pelos nazistas (REIS e SCHUCMAN, 2010) entre outras minorias que também foram vítimas. Ainda hoje apresentam marcas nos poucos sobreviventes, nos filhos dos sobreviventes e no próprio povo judeu.

O Holocausto da Segunda Guerra é considerado o pior dos crimes contra a humanidade, também por que, ao comparar o holocausto de Ruanda com o ocorrido na Segunda Guerra Mundial, estima-se que entre 250 e 500 mil mulheres tenham sido violentadas sexualmente no conflito em Ruanda. Esse número assusta, mas infelizmente, um número muito maior de mulheres foi violentada no Holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial: cerca de 2 milhões de mulheres foram estupradas na Alemanha nazista, e outras centenas de mulheres possivelmente foram submetidas a escravidão sexual na Ásia (SAIDEL, citada por SORG, 2011b).

Os nazistas estavam certos de que ninguém acreditaria que seres humanos seriam capazes de cometer tamanhas atrocidades, era a “inimagibilidade” do Holocausto, sua inverossimilhança. Assim, em 1939 os nazistas começaram a caça aos judeus, aos ciganos, aos homossexuais, aos Testemunhas de Jeová, aos



deficientes físicos e aos doentes mentais utilizando-se de uma cruel metodologia nunca antes registrada na História. Apostavam na descrença dos povos quando tomassem consciência do que estava acontecendo (crimes em massa). (SANTANA, 2008).

Os nazistas inicialmente executavam os judeus por intermédio de uma espécie de fuzilamento coletivo, em que as vítimas recebiam pás para cavar suas próprias valas, onde eram mortas e enterradas. Ironicamente, desencadeado pelo fato de que isso causava muito impacto psíquico para os soldados alemães, Hitler criou os campos de concentração. O primeiro campo de concentração foi o de Dachau, perto de Munique, criado em 1933; foi um modelo para os outros (SILVA, 2008). Quando chegavam aos campos, os prisioneiros judeus eram divididos em dois grupos: os considerados muito fracos para trabalhar eram imediatamente assassinados em câmaras de gás (disfarçadas com chuveiros) e seus corpos eram queimados, enquanto os outros eram mandados a campos de trabalho forçado onde trabalhavam como escravos, e depois eram mortos pelos nazistas ou pela fome (FINKELSTEIN, 2001).

Importante destacar que “holocausto” é um termo de origem grega que remete ao sacrifício total, em que a própria vítima se colocava como oferenda ou um animal era entregue a uma fogueira para purificar pecados de um grupo (LEWGOY, 2010). No dicionário *Aurélio* (FERREIRA, 1994), o primeiro significado para “holocausto” é: “Sacrifício, entre os antigos hebreus, em que se queimavam inteiramente os animais”. No entanto, essa palavra aplicada ao ocorrido na Segunda Guerra com o povo judeu pode ser considerada uma ofensa, pois indica que eles mesmos teriam se entregue voluntariamente aos nazistas para “purificar seus pecados”. Já em hebraico, o termo shoah significa devastação, arrasamento, discordando dessa aceção absurda de que judeus foram supostamente culpados de seu próprio assassinato, como se o sacrifício tivesse um significado religioso de expiação coletiva. No entanto mesmo este segundo termo remete a um fenômeno natural e não um acontecimento realizado por seres humanos, não sendo completamente apropriado. Talvez nunca se encontre uma palavra adequada. Isso, para Wang (2007) poderia ser positivo, pois se acontecimentos assim não se repetissem, uma palavra nesse sentido poderia deixar de ser necessária.

2.3 Yom Hashoah: Para nunca esquecer

Diana (WANG, 2007), filha de sobreviventes poloneses da Segunda Guerra que imigraram para Buenos Aires em 1947, relata em seu livro que décadas depois de estarem vivendo na Argentina, quando houve o atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994, onde muitos morreram e outros



vários se feriram, sua mãe ligou para ela desesperada pedindo desculpas por tê-la trazido para a Argentina acreditando que mais uma vez queriam matá-las. A questão do medo contínuo de perseguição por quem já vivenciou esta experiência traumática mesmo em países tão distantes da Europa nazista, como Argentina e Brasil, e tanto tempo após a imigração, mostra, além do quão presente ainda está o tema do Holocausto, o quão fortes são as marcas da Shoah/Holocausto para quem o vivenciou. E como atualmente os sobreviventes são poucos e é a única prova viva que a Shoah/Holocausto existiu, mas que não vão viver para sempre, foi criado o Yom Hashoah.

Em consideração às vítimas da Shoah – inclusive os poucos sobreviventes ainda vivos - e ao temor que as pessoas marcadas por esse acontecimento têm que se repita, foi criado o dia do Holocausto (Yom Hashoah em hebraico) – como um reconhecimento da Shoah como uma tragédia de significado universal, que passa pela consideração da dimensão judaica como vítima do extermínio nazista. Pelo mesmo motivo também são criados museus e memoriais do Holocausto ao redor do mundo, como por exemplo, o memorial da Shoah/Holocausto em Berlim – como um grande cemitério, com muitos blocos de concreto de diferentes tamanhos – numa área central, onde também há um museu. Segundo Lewgoy (2010, p. 54) “esses reconhecimentos também são uma tentativa de saldar uma dívida histórica, tentando agir de forma terapêutica para lembrar os crimes dos nazistas, reconhecendo o componente judaico da história da Alemanha e possibilitando que a lembrança preventiva favoreça a reconciliação do passado”, como o fato de que o governo alemão paga um valor mensal aos perseguidos de guerra, chamado de *Wiedergutmachung*, que significa reparação e compensação, como tentativa simbólica de saldar essa dívida.

Sobre o Yom Hashoah, Saidel, em entrevista a Sorg (2011b) considera a data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar o sofrimento das vítimas do Holocausto – 27 de janeiro - como um momento importante de aprendizado, pois hoje em dia temos novos genocídios no mundo, como o ocorrido em Ruanda, e ela considera importante não esquecer das histórias e lições do passado para que essas coisas não voltem a acontecer nem hoje nem no futuro.

Assim o dever da memória é uma premissa presente nos estudos testemunhais, e a ideia central é preservar a memória do que ocorreu, visando evitar futuras manifestações de desrespeito aos direitos humanos. Interessante perceber que uma memória em si não é boa nem ruim, isto é, depende da finalidade. Segundo Ferreira (2006), se for para lembrar visando evitar que se repita é bom; já se for para justificar revanches, não. Tais memórias, mais do que possibilitar compreender o passado, influenciam no presente.



Recentemente foi criada a Marcha pela Vida, que é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e independente, comprometida em manter acesa a chama da memória das vítimas do extermínio nazista. Promovem atividades para combater o antissemitismo e preconceitos à etnia judaica. Também realiza em Yom Hashoah, anualmente, uma marcha pela vida, que reúne cerca de 10.000 pessoas do mundo inteiro que perfazem o caminho entre os Campos de Concentração de Auschwitz e Birkenau, na mesma trilha da marcha da morte feita pelos judeus e judias prisioneiros (as) do Regime nazista (BRASIL, 2008).

2.4 As mulheres nos campos de concentração

O Holocausto nazista condenava à morte todos os judeus, homens e mulheres, adultos e crianças sem distinção. Nem as mulheres nem as crianças eram poupadas do assassinato em massa. A ideologia nazista pregava o extermínio completo dos judeus, independente de idade ou sexo. O exército nazista (SS) e os agentes policiais, como a Gestapo (polícia secreta) executaram a política do extermínio sob o código "Solução Final" e, em centenas de localidades do território soviético ocupado, homens e mulheres foram massacrados brutalmente durante as operações de fuzilamento em massa (MALERBA, 2010).

O regime nazista frequentemente submetia as mulheres a violentas perseguições que, na maioria das vezes, estavam estritamente relacionadas ao sexo das vítimas. A ideologia nazista também destinou seu ódio a mulheres não judias, as quais eram também exterminadas em massa no campo de concentração de Auschwitz, como as mulheres ciganas, as portadoras de deficiências físicas e mentais, e também massacraram as que acusavam de serem *partisans* (isto é, as que faziam parte de grupos de resistência ao nazismo) em muitas aldeias soviéticas entre 1943-1944; fazendo com que essas mulheres ficassem tão vulneráveis quanto às judias. As mulheres judias e ciganas eram também usadas sadicamente pelos "médicos" e pesquisadores alemães como cobaias em experimentos de esterilização, e outras "pesquisas" antiéticas (BURDS, 2009; SILVA, 2010). Ou seja, a discriminação ia além de etnia, raça, classe social e orientação sexual, é preciso levar em consideração também a categoria de gênero (MUHLEN, DEWES e STREY, 2011).

Nos guetos, as judias grávidas tentavam esconder a gravidez para não serem forçadas a abortar. Nos campos, mulheres grávidas e mães com crianças de colo eram sistematicamente classificadas como "incapacitadas para o trabalho", sendo imediatamente enviadas para os campos de extermínio, onde os oficiais geralmente as incluíam nas primeiras fileiras de prisioneiros a serem enviados



para as câmaras de gás, já que além de não poder trabalhar, “ainda dariam a luz a um outro judeu”, relata Saidel, em entrevista à Sor (2011b).

As judias ortodoxas, acompanhadas por crianças, eram facilmente reconhecidas devido às suas roupas, o que as tornava especialmente vulneráveis. Em nome do recato, as ortodoxas usam roupas que cobrem os joelhos, os cotovelos e o colo. Elas também eram as principais vítimas de atos de sadismo durante os massacres. O grande número de filhos nas famílias ortodoxas também transformava as mulheres destas famílias em alvos especiais dos nazistas (BARLACH e PEZO, 2009).

Nos guetos e campos de concentração as autoridades alemãs colocavam as mulheres para trabalhar sob condições em que frequentemente morriam enquanto executavam suas tarefas. Como se não bastasse, as mulheres deportadas da Polônia e da União Soviética para fazerem trabalhos forçados eram sistematicamente espancadas, estupradas, ou forçadas a manter relações sexuais com alemães em troca de comida e outras coisas. Muitas vezes, as relações sexuais forçadas entre as trabalhadoras escravas e homens alemães resultavam em gravidez, as mães eram forçadas a abortar, ou eram enviadas para darem à luz em maternidades improvisadas, onde as péssimas condições de higiene garantiriam a morte do recém-nascido. Outras eram expulsas para suas regiões de origem sem nenhuma comida, roupa, ou cuidados médicos (MENDA, 2007, BAER e GOLDENBERG, 2003).

O conceito de Raça, em 1943, segundo Vallois (citado por WITTNEY, 2011) era definido como uma população natural definida por características físicas herdadas e comum a todos. E para Langasey (citado por WITTNEY, 2011), raça é a propriedade dos que consideramos diferentes; assim a reação ao outro que provoca uma atitude agressiva, não depende do critério pelo qual foi estabelecida a diferença, pois há um mal estar, um medo do outro ou então, a ganância do que o outro tem e não possuímos. Há quem defenda que isso possivelmente provocava inveja dos nazistas em relação a tantos judeus competentes e “gênios” como Freud, Einstein, entre tantos outros. Tal conceito foi eliminado pela ciência moderna, infelizmente, só em 1948, após ter acontecido o Holocausto, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos disse: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição” (WITTNEY, 2011, p.137). Com a inserção do gênero na declaração dos direitos humanos, na Conferência Internacional em Viena, em 1948, a categoria gênero passou a ser percebida como “legitimação institucional”, corroborando gênero



como conceito analítico para trabalhar as desigualdades (SIQUEIRA, FONSECA, ASSIS e ESCALDA, 2011).

As desigualdades de gênero dão origem à violência de gênero, podendo levar a violência contra a mulher (MENEHEL e MARTINI VIAL, 2008). As mulheres são vítimas de um sistema social que subordina o sexo feminino, e os homens utilizam a violência como forma de controle da mulher (SAGOT, 2000). A violência contra a mulher corresponde a qualquer ato ou omissão de discriminação, agressão ou coerção que cause dano, morte, constrangimento, sofrimento, ocasionado pelo fato da vítima ser mulher (NARVAZ e KOLLER, 2006). A violência pode estar contemplada nas mais diversas situações, como: violência física, sexual, psicológica; estupro; abuso sexual; assédio sexual; violência étnica e racial; violência realizada pelo estado por ação ou omissão; mutilação genital; assassinatos; estupro em massa nas guerras e conflitos armados (OEA, 1996).

Sobre as relações sexuais forçadas na Europa nazista, como violação dos direitos humanos, as pesquisadoras Sonja Hedgepeth, professora da Universidade do Tennessee, e Rochelle Saidel, norte-americana, do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo, organizaram o livro *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust* (Violência sexual contra mulheres judias durante o Holocausto, 2010). O livro foi resultado de uma pesquisa que buscou entender como mulheres tiveram experiências diferentes das dos homens no Holocausto. Quando começaram a pesquisar mulheres no Holocausto não imaginavam encontrar questões sobre violência sexual. No entanto descobriram que ninguém havia perguntado para as mulheres sobreviventes se elas haviam passado por isso, e quando elas foram questionadas, falavam que havia acontecido com uma amiga, mas não com elas, em uma postura de submissão e culpa pela situação de violência (APAV, 2010).

No livro, Hedgepeth e Saidel (2010), relatam que as mulheres judias sofreram violência não só nos campos de concentração, mas também nos esconderijos. Nos guetos, por exemplo, havia os conselhos judeus, que estavam nas mãos dos nazistas, mas eram responsáveis por organizar a vida diária. E os nazistas às vezes diziam ao conselho que se não dessem certa quantidade de mulheres jovens para seu prazer, iriam deixar de apoiar toda a população, assim o conselho tinha que decidir se mandava mulheres aos nazistas ou se todos morreriam e eles enviavam as mulheres. Outro exemplo do que acontecia era que alguns não-judeus que escondiam judeus, ironicamente violentavam sexualmente as mulheres que diziam proteger. Uma das vítimas que as pesquisadoras entrevistaram contou que estava na casa de um homem e ele insistiu para que ela fosse até a cama dele. Ela era adolescente e pensou que



estava salvando a irmã mais nova de sofrer o mesmo tipo de abuso. Diante do abuso, muitas mulheres convivem com o isolamento social e o silêncio, impostos por mecanismos psicológicos de defesa, contra o sentimento de impotência frente à violência (DALCIN e SOUZA, 2011).

Além do silêncio, pouco ainda se sabe sobre as mulheres vítimas do Holocausto por várias razões. Segundo Saidel, em entrevista a Sorg (2011a) a principal é que a maioria foi assassinada. Havia uma lei na Alemanha nazista que proibia as relações sexuais entre alemães arianos e judeus; então quando soldados da SS estupravam uma judia, eles a matavam para evitar problemas. Outra razão, segundo a pesquisadora pode ser por que as que sobreviveram tinham um sentimento muito grande de vergonha e não falavam sobre o assunto, achavam que isso impediria que se casassem, não queriam que seus maridos soubessem. Além disso, outro fator que acentuava a vergonha das mulheres violentadas e as impediam de falar sobre o assunto era que muitos soldados alemães usavam seu poder para dar às prisioneiras algo que lhes garantisse a sobrevivência; isto é, elas trocavam sexo por um pedaço de pão, por exemplo, o que não deixa de ser considerado um estupro. Outro motivo pode ser por que muitos pesquisadores do Holocausto são homens, e ver que as mulheres eram violentadas, implicava admitir que os homens não conseguiram protegê-las, papel atribuído ao masculino pela sociedade, já que mulheres são consideradas “frágeis”. Alguns estudiosos também diziam que retratar o sofrimento das mulheres tirava de foco de que o Holocausto era o extermínio de judeus, ainda segundo a pesquisadora entrevistada. Além de uma maneira geral, as mulheres foram banidas da História, disciplina que influenciou todas as outras durante muito tempo. As mulheres não são mencionadas nos feitos das guerras narradas pelos homens (TELLES, 2011). Assim percebe-se também que muitas mulheres sobreviventes começaram a relatar suas experiências após décadas do fim da guerra, como o caso da sobrevivente “Ruth” que retrata sua experiência para o pesquisador Michael Pollak (2010), em que o silêncio foi comparado de maneira equivocada com o esquecimento.

A violência sexual, segundo Saidel (2010), não tem a ver com desejo sexual, mas com poder. Saidel, em entrevista a Sorg (2011a) afirma que violência sexual é um ato de poder, uma arma de guerra; o estupro acontece em todos os conflitos, desde sempre, mas a maior diferença é que na Alemanha nazista, a lei considerava o estupro ilegal.

Em relação a violência sexual entre não-judeus nos campos de concentração, Robert Sommer escreveu um capítulo no livro organizado por Hedgepeth e Saidel (2010), intitulado *Sexual Exploitation of Women in Nazi Concentration Camp Brothels*, e também escreveu *Das KZ. Bordell* (Bordeis em campos de



concentração, de 2009). Ele pesquisou durante nove anos arquivos escondidos sobre os prostíbulos instalados para atender a prisioneiros nos campos de concentração nazistas. Nesse período, constatou que pelo menos 210 mulheres foram forçadas a se prostituir em vários campos. Segundo Sommer, em entrevista a Graupner (2009) foi difícil vencer a resistência de sobreviventes para reconstituir uma história que ainda é um tabu até para os pesquisadores. O historiador fala que ao ouvir sobre a existência de um bordel para prisioneiros no campo de concentração de Buchenwald, não acreditou que prisioneiros do campo que estavam morrendo de fome ou deveriam ser mortos eram autorizados a visitar um bordel.

Durante sua pesquisa visitou alguns museus do Holocausto na Alemanha, como Dachau e Buchenwald, e entrevistou 30 sobreviventes. Diz que foi muito tarde, pois, em 2000, poucos estavam vivos e a maioria com mais de 80 anos. Diz que só encontrou uma mulher viva que havia trabalhado de prostituta, mas ela não quis falar “com um alemão”. Um jornalista polonês tentou entrevistá-la, mas ela disse não se lembrar de nada de Auschwitz (SOMMER, 2009, citado por ARAÚJO, 2011a).

Sommer (2009, citado por ARAÚJO, 2011b) descobriu que, ao contrário dos prostíbulos que serviam aos soldados nazistas, nas casas destinadas aos presos não havia judias — e nem prisioneiros judeus poderiam usar o sexo pago. Dentre as mulheres obrigadas a ir para os bordéis, a maioria (71%) havia sido considerada “perturbadora da ordem pública”. O restante se dividia entre prisioneiras de guerra e criminosas. Jovens alemãs e polonesas presas por causarem “desordem social” se estendiam lado a lado diante dos olhos atentos dos soldados da SS. Dessa fila saíam as próximas trabalhadoras dos bordéis destinados a atender prisioneiros em campos de concentração entre os anos de 1941 e 1945.

Já os frequentadores dos bordéis eram divididos em três classes (no topo estavam os comandantes) das diferentes frentes de trabalhos, cozinheiros, barbeiros e funcionários dos correios; na sequência, vinha a grande massa trabalhadora das plantações e das fábricas; e na última classe estavam os trabalhadores forçados pela SS a frequentar o bordel “para aumentar a produtividade” — mesmo que não quisessem ir. Há relatos de homossexuais obrigados a manter relações com prostitutas durante experimentos para que fossem “curados”. Após as experiências frustradas, os nazistas decidiam infringir terror ainda maior aos gays. “Diante da impossibilidade de curar os homossexuais, foi necessário castrá-los para privá-los, daí em diante, de qualquer prazer”, relata o pesquisador ítalo-argentino Daniel Borrilo em seu



livro *Homofobia – História Crítica de um Preconceito* (SOMMER, 2009, citado por ARAÚJO, 2011b).

A ideia do líder da SS e arquiteto do Holocausto, Heinrich Himmler, era usar a prostituição como estímulo para o trabalho dentro do campo de concentração. As visitas eram permitidas para aqueles que se destacassem e os ‘melhores trabalhadores’ tornavam-se então exploradores sexuais das mulheres obrigadas a se prostituir, segundo Sommer (2009, citado por ARAÚJO, 2011b). Ou seja, as mulheres nos campos de concentração eram obrigadas a se submeter a situações de violência.

Ainda a partir da pesquisa de Sommer, as mulheres acordavam às 7h30, tomavam banho e se vestiam. Durante o dia, se ocupavam de cuidar da casa e deixar os quartos limpos. À noite, logo após os homens voltarem do trabalho, “atendiam” por duas horas. Para frequentar o estabelecimento era necessário pagar com cupons que os prisioneiros recebiam como gratificação eventual por seu trabalho. O direito de usar uma mulher para ter sexo custava dois Reichsmark (moeda da Alemanha entre 1928 e 1948), sendo que apenas um quarto disso ia para a mulher. Era mais barato que um maço de cigarros (3 Reichsmark). Antes de entrar, passavam por uma consulta médica e tomavam uma injeção com contraceptivo (SOMMER, 2009, em entrevista a ARAÚJO, 2011b). Um dos depoimentos do livro de Sommer é da prisioneira Magdalena, que relata: “Todas as noites, tínhamos de deixar os homens ficarem em cima de nós por duas horas. Eles vinham para o bordel, mas antes tinham que ir para a sala médica, para obter uma injeção. Depois, pegavam um número, aí poderiam fazer suas coisas no quarto, em cima, depois para baixo, para fora. Voltavam para a sala dos médicos, onde mais uma vez recebiam uma injeção. Logo depois vinha o próximo. Sem parar. Eles não tinham mais que 15 minutos para gastar conosco.” (2009, citado por ARAÚJO, 2011b). Situações como essas, penetram os espaços (corporal, pessoal e cognitivo) da mulher, afetando sua integridade psicológica (BURLAE, 2004).

Havia campos de concentração destinados somente às mulheres, e outros que tinham dentro das suas instalações áreas designadas apenas para elas. Em maio de 1939, a SS inaugurou o maior campo de concentração nazista para aprisionamento de mulheres, o campo de Ravensbrück. Até a libertação deste campo pelas tropas soviéticas, em 1945, estima-se que mais de 132.000 mulheres passaram por lá (SAIDEL, 2004). Em 1942, as autoridades da SS construíram um complexo no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau (também conhecido como Auschwitz II) destinado a servir como campo de prisioneiras, e entre as primeiras delas estavam as que a SS havia transferido de Ravensbrück (JACOBS, 2008). Em Bergen-Belsen, no ano de 1944, as autoridades do campo



construíram uma extensão feminina e, durante o último ano da Segunda Guerra Mundial, a SS transferiu de Ravensbrück e Auschwitz para lá milhares de prisioneiras judias (ROBINSON, RAPAPORT-BAR-SEVER e METZER, 1994).

Saidel (2004) também é autora do livro “The Jewish Women of Ravensbrück Concentration Camp” (As judias do campo de concentração de Ravensbrück), sobre prisioneiras que passaram pelo campo de Ravensbrück. Nesse livro a pesquisadora conta que os nazistas criaram o campo de concentração de Ravensbrück para aprisionar mulheres, e recebeu as primeiras prisioneiras na primavera de 1939. Apesar de não ser criado especificamente para mulheres judias, elas estavam sempre entre a população do campo nos seis anos de existência. Mais de 132 mil mulheres e crianças foram encarceradas nesse campo, 20% eram judias. As outras eram prisioneiras políticas - que incluía as que ajudavam judeus, as que participavam de grupos de resistência, membros do exército soviético, e um número pequeno de mulheres (uma delas judia) mantidas como reféns, pois tinham parentes “poderosos”; além de testemunhas de Jeová; criminosas – no entendimento dos nazistas, quem, além de matar ou roubar, desrespeitava as leis impostas pelos próprios; e as denominadas “associais”- categoria que incluía lésbicas e ciganas. Cada categoria de prisioneira tinha uma cor de triângulo no uniforme: vermelho para as presas políticas; roxo para testemunhas de Jeová; preto para as associais; verde para criminosas; e amarelo para judias. Se uma mulher era, por exemplo, judia e lésbica usava duas cores de triângulo organizadas como uma estrela de David. As judias eram sempre separadas nas listas do campo devido à sua “raça”. Quando o campo foi inaugurado, foi visto como modelo para mulheres prisioneiras políticas (SAIDEL, 2009).

O campo de Ravensbrück estava localizado a 80 km de Berlim, perto da cidade de Fürstenberg (hoje é um memorial oficial do estado de Brandenburg). Depois que começou a guerra, transportes chegavam todos os dias de países ocupados pelos nazistas. Em 1940, apenas um ano após a abertura do campo, o número de pessoas já tinha atingido a capacidade máxima de três mil mulheres. Em 1941 tinha cinco mil mulheres, e em abril de 1942 cerca de 6400 prisioneiras. Em meados de 1942 o campo já havia sido aumentado várias vezes, através da mão de obra das mulheres presas. Entre maio de 1939 e junho de 1944, 43 mil mulheres foram levadas para Ravensbrück, deteriorando cada vez mais as condições do campo. As mulheres judias eram as escolhidas para os trabalhos mais pesados, recebendo menos privilégios, as outras prisioneiras podiam até receber cartas (SAIDEL, 2009).

Em 1942, 1500 mulheres, incluindo de 700 a 800 judias foram mandadas de Ravensbrück para Bernberg, e mortas em câmaras de gás. Também no mesmo



ano cerca de 1522 judias foram enviadas a Auschwitz. Tais ações eram parte do comando de Himmler que queria o território do campo livre de judeus. No entanto meses depois mais judeus chegaram ao campo, em 1943 chegaram cerca de 10 mil prisioneiras, e em 1944 mais de 70mil mulheres foram registradas (judias e não judias). Barracas construídas para 250 mulheres abrigavam até duas mil mulheres. Algumas dividiam a cama com mais duas, outras tinham que deitar sem nem mesmo um cobertor. A comida era racionada e cada vez em menor quantidade. Quando mais mulheres chegaram da Hungria em 1944, não havia lugar para elas, que deitavam nas suas próprias sujeiras, no chão frio e morriam em massa. Muitas chegavam ao campo nos caóticos últimos meses e não eram nem contadas. Mais de três mil mulheres foram deixadas sem água, comida, e cobertores, quando Auschwitz foi evacuada, com a aproximação do fim da guerra (SAIDEL, 2009).

Em relação a vida dessas mulheres nesse campo, confinamento e tortura eram rotina. Mesmo não sendo classificado como campo de extermínio, as mulheres morriam de fome, doenças, por trabalhar demais, por tiros, envenenamento, experimentos médicos, injeções letais, mordidas deliberadas de cachorros, tortura e espancamentos. Algumas eram mandadas para instalações de eutanásia para morrerem gaseificadas. Nenhuma mulher judia que esteve no campo durante os primeiros três anos (1939 a 1941) sobreviveu. Pouco antes do fim da guerra passaram a funcionar câmaras de gás também em Ravensbrück (SAIDEL, 2009).

Além de encarceradas, as mulheres eram obrigadas a trabalhar como escravas e faziam trabalhos mais leves como reparos de roupas, até trabalhos mais pesados, semelhantes aos realizados pelos homens, carregando peso e trabalhando como mão-de-obra em fábricas da época. Segundo Saidel (2009), o trabalho era o mesmo, mas a mulher tem um músculo mais fraco, é um fator biológico e elas precisavam fazer o mesmo trabalho. Era mais difícil para elas porque elas faziam construções, carregavam madeira, árvores. Eram coisas muito pesadas. No entanto, o sofrimento ia além do trabalho forçado, afinal ir para um campo de concentração significava, na maioria das vezes, morrer e se separar dos filhos, que também eram assassinados, segundo a pesquisadora, quando uma família chegava, tinha uma separação. Geralmente a mãe ia para a câmara de gás com as crianças e o pai ficava no trabalho forçado (SAIDEL 2009). Tanto a questão de a mulher trabalhar, quanto a questão de se separar dos filhos, ia contra o que era esperado socialmente das mulheres, principalmente para aquela época.

As mulheres judias em Ravensbrück tentavam reduzir seu sofrimento psicológico dividindo pequenos presentes feitos a mão, além de poemas,



dramatizações, e receitas entre elas. Essa autora diz que criar livros de receitas era uma forma de resistência única das mulheres, pois permitia que elas usassem suas habilidades “domésticas” de cozinhar, em palavras, relembrando tempos melhores em casa, e das famílias que perderam durante o Holocausto. Frequentemente as receitas eram compartilhadas oralmente, mas algumas vezes as mulheres podiam escrever. Pelo menos dois livros de receitas foram compilados pelas sobreviventes (SAIDEL, 2004). Mesmo em tempos de guerra, as mulheres tendiam a se envolver em atividades consideradas femininas.

Muitos grupos informais de “assistência mútua” foram criados dentro dos campos de concentração pelas próprias prisioneiras, as quais garantiam sua sobrevivência compartilhando informações, comida e roupas. Isto é, mesmo que em situação de prisioneiras, as mulheres tendiam a exercer seu lado materno de alguma forma. Também percebe-se questões de gênero ao se constatar que algumas mulheres sobreviveram porque as autoridades das SS as colocavam para trabalhar no conserto de roupas, na cozinha, na lavanderia e na faxina (USHMM, 2012). Funções atribuídas pela cultura patriarcal às mulheres.

Sobre o tipo de trabalho realizado pelas mulheres nos campos, nos anos 30 e 40, as mulheres tinham uma educação muito mais diferente dos homens que hoje, a sociedade era muito mais patriarcal. Elas eram treinadas para as atividades domésticas, além de “cuidar” dos outros, o que evidencia o grau de submissão das mesmas. Talvez por isso, durante o Holocausto, tenham conseguido se organizar para cuidar da comida, da higiene, além de formarem famílias “emprestadas”, fazendo presentes umas para as outras mesmo diante das circunstâncias no campo de concentração de Ravensbrück (HEDGEPEETH e SAIDEL, 2010).

A maioria das judias que sobreviveram ao holocausto chegou depois que Auschwitz foi evacuada, em 1945. Muitas iam para campos satélites e algumas permaneceram no campo principal até a liberação soviética em abril. A cruz vermelha resgatou cerca de 1000 mulheres judias deste campo, e as levou para a Suécia para que se recuperassem.

Segundo Saidel (2004), Ravensbrück e suas vítimas não receberam reconhecimento o suficiente nas memórias do Holocausto. A maioria não sobreviveu para contar suas histórias, e a maioria que sobreviveu foi para Ravensbrück depois que Auschwitz foi evacuada, e chegaram lá muito fracas e doentes, e apenas Auschwitz permanece nas suas memórias. Vinte e seis mil mulheres judias passaram por esse campo, ou foram mortas nele.

Por fim, as mulheres tiveram papel importante em várias atividades da resistência ao nazismo. Este foi o caso das mulheres que, previamente à guerra,



eram membros de movimentos juvenis socialistas, comunistas ou sionistas. Na Polônia, as mulheres serviam como mensageiras que levavam informações para os guetos. Muitas conseguiram escapar escondendo-se nas florestas no leste da Polônia e da União Soviética, e servindo nas unidades armadas dos *partisan*. Na resistência francesa, da qual muitas judias participaram, a atuação das mulheres não foi menos importante (BURDS, 2009), demonstrando o ativismo das mulheres, muitas vezes invisibilizado nos livros de história.

Algumas mulheres lideraram ou integraram organizações de resistência dentro dos guetos, enquanto outras se engajaram na resistência dentro dos próprios campos de concentração, como em Auschwitz I, onde cinco judias que haviam sido colocadas para trabalhar na separação de munição de uma fábrica forneceram a pólvora que foi usada para explodir uma câmara de gás e matar vários homens das SS durante um levante de membros do Sonderkommando (Grupo Especial, isto é, os prisioneiros recrutados para fazer tarefas que os nazistas não queriam fazer, como enterrar corpos e limpar as câmaras de gás), em 1944. E outras mulheres participaram das operações de resgate e socorro aos judeus na parte da Europa ocupada pelos alemães. Muitas dessas também foram mortas pelos nazistas (CHATELARD e SOUZA, 2011).

Os efeitos psicológicos da guerra nos que sobrevivem são duradouros, sobretudo nas mulheres que além do trauma de guerra, tiveram o trauma de terem sido violentadas sexualmente. Segundo Bose (citada por SORG, 2011), é justamente por trazer danos a longo prazo que a violência sexual é tão usada por exército e milícias, e o estupro desumaniza as vítimas e quebra a comunidade. Em 1998 o tribunal criado para Ruanda considerou o estupro um instrumento de genocídio e, conseqüentemente, um crime contra a humanidade. Saidel em entrevista a Sorg (2011b) diz que o estupro não foi nem mencionado nos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, que julgaram os crimes da Segunda Guerra Mundial. O que por um lado é chocante, mas por outro é o que se espera na sociedade em que vivemos, já que ainda existem traços da cultura patriarcal, em que violências contra mulheres são naturalizadas, para que homens possam exercer controle sobre as mesmas.

Esses traumas também respingam nos descendentes dos/das sobreviventes, como bem retrata o livro “Hijos de la shoah” (WANG, 2007), sobre os filhos de sobreviventes. Existem associações de filhos de vítimas da Shoá, como em Buenos Aires a associação Niños de la Shoah (WANG, 2007); mais recentemente foi criada uma associação de netos das vítimas em Nova Iorque, contou Saidel, em entrevista a Sorg (2011a).



Conclusão

O fenômeno da negação do “Outro” não é fenômeno recente e, principalmente, não é constatado em apenas uma categoria humana. Ao longo da história, várias categorias forjaram o “Um” e, como tais, se sobrepuseram ao “Outro”. Este, por “não ser”, foi sistematicamente excluído, segregado e violado. O genocídio dos judeus (outro) pelos nazistas (um) é um exemplo, a primazia dos homens (um) em relação às mulheres é outro. Talvez o expoente máximo dessa cultura de negação de direitos diga respeito à liberdade, e mais uma vez pode-se pensar nos judeus, e nas mulheres que tiveram seus direitos mais básicos violados (RAMPIN, 2011).

A partir das pesquisas de Hedgepeth, Saidel, Sommer e Pollak, podemos constatar mais uma vez que a etnia judaica para os nazistas era equivalente a nada. Se mulheres não judias que tinham uma conotação hierárquica maior, eram forçadas a se prostituir em bordéis, o que sobrava para as judias, que eram consideradas da raça mais baixa? O extermínio, claro. E os não judeus que eram obrigados a ter relações sexuais com mulheres e eram homossexuais? Esse era outro grupo que era menosprezado pelos nazistas. Mas o que mais chama a atenção é o papel da mulher, onde ela tinha que “abrir as pernas” para que homens trabalhassem melhor. O prazer era reservado ao homem.

Mesmo em tempos de guerra, a mulher não era isenta de cumprir “seu papel”, isto é, fazer tarefas domésticas para tentar sobreviver. Enquanto alguns homens prisioneiros “deveriam” ter prazer (os não judeus, pois os judeus não eram considerados seres humanos), a única opção que restava às mulheres era sofrer, com o não-prazer: a dor (mas claro, isso cabia às judias também, com a diferença de que apenas as não judias eram poupadas da morte).

Os conflitos que envolvem ideias de etnia, raça e tribo, como o Holocausto da Segunda Guerra (e o genocídio da Ruanda), costumam ser cruéis com mulheres e meninas, pois elas são fundamentais para a perpetuação de seus grupos étnicos, o que as torna presas valiosas para os inimigos, no caso que estamos tratando aqui, os nazistas. Aos olhos deles elas são reduzidas a nada, ou melhor, a meros alvos militares que perdem suas identidades de seres humanos, relata Saidel, em entrevista a Sorg (2011b).

Atualmente, as mulheres seguem sendo vítimas de violência sexual em países onde existem conflitos, como Eman al-Obeidi, mulher que denunciou ter sido estuprada por oficiais na Líbia, e foi acusada de ser da oposição. O governo líbio disse que ela era uma prostituta, para desacreditá-la. Enquanto a Anistia Internacional afirmou não haver evidências de práticas sistemáticas de violência sexual na Líbia, o promotor do Tribunal Penal Internacional afirma ter



informações sobre uma política de estuprar quem é contra o governo; relatou Saidel a Sorg (2011a). Também em 2011, a jornalista americana Lara Logan sofreu violência sexual no Egito e teve de enfrentar comentários dizendo que ela não deveria estar lá. Sobre isso Saidel, em entrevista à Sorg (2011a) declarou: “Mulheres têm tanto direito quanto os homens de estar lá. Não são as mulheres que não podem estar em alguns lugares, e sim a violência que não deveria acontecer. Além de que, infelizmente as mulheres têm uma vulnerabilidade que é sempre usada contra elas, e isso não deveria mais acontecer”.

A vulnerabilidade é um termo útil, pois permite que se enxerguem tanto as condições concretas que resultam em violências, quanto as condições em situações que ainda não ocorreram episódios explícitos de violência, desnudando estruturas (SCOTT, 2011). Infelizmente isso ficou invisibilizado no período da Segunda Guerra, mas atualmente cada vez mais se busca reverter essas situações de vulnerabilidade.

Situações como as dessas mulheres geram no mínimo indignação, e o desejo de poder fazer alguma coisa por elas. Como é possível que durante o Holocausto não houvesse resistência o suficiente para impedir o extermínio de milhões de pessoas? Como não impediram que tantas mulheres fossem sexualmente violentadas? Como que hoje, em pleno século 21, ainda haja tantas mulheres pelo mundo vítimas de violência sexual, estando em países de conflito ou não?

Na atualidade, sobre os melhores e piores países para se ser mulher, em 2011, a revista TIMES (STREIB, 2011), situa o Yemen em 3º país pior para ser mulher, visto que, entre outros problemas, lá a violência doméstica não é crime e não há reconhecimento de estupro matrimonial, bem como no Paquistão, que é o 8º pior país para ser mulher; já o Congo está em 4º lugar, pois os índices de violência doméstica estão entre os piores do mundo (cerca de 1100 mulheres são estupradas diariamente); Mali é o 5º pior, lá a maioria das mulheres são submetidas a mutilação genital (o que não deixa de ser uma violência sexual) e não há legislação para banir tal prática. Apesar do Haiti não estar no ranking dos 20 piores países para ser mulher, lá mulheres e meninas vem sendo negligenciadas e sujeitas a violência sexual. Em 2º lugar está o Afeganistão, que tem o maior índice de mortalidade materna, já que 85% das mulheres dão luz sem ajuda médica, e em 1º lugar está Chad, onde mulheres quase não tem direitos legais e muitos casamentos são arranjados quando meninas tem entre 1 e 11 anos.

Sobre os melhores países para ser mulher, em 1º lugar está a Islândia, que em 2010 começou a barrar negócios envolvendo *strip-tease* e nudez, além da indústria do sexo. Em 2º lugar está a Suécia, que apesar de mães e pais terem 16



meses de licença maternidade, ironicamente o índice de violência doméstica é relativamente alto (STREIB, 2011). Fica a dúvida sobre quais foram os critérios utilizados para concluir o que torna um país bom ou ruim para ser mulher.

Por isso “dar voz e justiça às vítimas que sobrevivem à violência sexual significa lhes devolver um pouco da dignidade roubada pela guerra” (SORG, 2011b, p. 106). Dar visibilidade a esse tipo de violência é muito importante, pois implica em reconhecer algo que acontece desde os tempos bíblicos, até os dias de hoje, e não parece ter fim. Na Bíblia (DEUTERONÔMIO 21, citado por SORG, 2011b, p. 104) está escrito que “Quando na guerra contra os inimigos (...) e tu os fizeres cativos, se vires uma mulher bonita, da qual te enamores, e a queira tomar por esposa, tu introduzirás em tua casa”. É quase inacreditável que esse crime se repita desde a bíblia até os dias atuais. Mas para haver uma transformação social há que haver um reconhecimento que as categorias homens e mulheres são simultaneamente vazias e transbordantes, e que deve haver uma reestruturação e redefinição da categoria de gênero em parceria com uma visão de igualdade política e social (SCOTT, 1995).

Para finalizar, reiteramos a intenção de trazer à consciência do maior número possível de pessoas o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial a fim de que todo o sofrimento e toda a violência que ocorreram não sejam esquecidos, e para que diminuam as possibilidades de se repetirem. Também queremos homenagear o número incalculável de vítimas, que sobreviveram ou não, que pouco a pouco, apesar de terem seus nomes registrados nos museus de holocausto, caem no esquecimento.

***Bruna Krimberg von Muhlen** é Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Psicologia Social na PUCR, orientada pela Professora Dra. Marlene Neves Strey, no Grupo de Pesquisa Relações de Gênero.

**** Marlene Neves Strey** é Psicóloga, Doutora e Professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa produtividade do CNPq.



Referências

APAV. *Manual ALCIPE*. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência, 2010.

ARAÚJO, Mário. Bordeis nazistas ainda são tabu, Brasil. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/1,,EMI249896-17770,00.html>>, 2011a. Acesso em: 10 dez. 2011.

ARAÚJO, Mário. Bordeis no campo de concentração. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI252226-17773,00-BORDEIS+NO+CAMPO+DE+CONCENTRACAO.html>, 2011b>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BARLACH, Lisete; PEZO, Maria Antonieta. A identidade judaica: uma identidade religiosa? *Estudos de religião*, n. 34, 2009, p. 184-194.

BURDS, Jeffrey. Sexual Violence in Europe in World War II, 1939—1945. *Politics e Society*, v. 37, n. 1, 2009. p. 35-73.

BURLAE, Krista K. *The Theory Of Mindful Space: Identifying, Understanding, and Preventing Violence*, *AFFILIA*, v. 19, n. 1, 2004. p. 85-98.

BRASIL, Marcha da Vida. Disponível em: <<http://www.marchadavida.org.br/novo/contato.html>>, 2008. Acesso em: 10 dez. 2011.

CHATELARD, Daniela Scheinkman; SOUZA, Ana Janaina. PRIMO LEVI: coordenadas éticas entre a psicanálise e a literatura, *Polifonia*, v. 18, n. 24, 2011, p. 4-20.

DALCIN, Camila; SOUZA, Martha. Violência contra a mulher: reflexões para o cuidado de enfermagem. *Anais do Interfaces no Fazer Psicológico*, 4. Org. OLIVEIRA, Felipe S. de; JAEGER, Fernanda P. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011.

BAER, Elizabeth R.; GOLDENBERG, Myrna (Ed.). *Experience and Expression: Women, the Nazis, and the Holocaust*. Detroit: Wayne State UP, 2003.

EXAME. Curitiba apresenta primeiro museu do Holocausto. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/curitiba-apresenta-primeiro-museu-do-Holocausto-no-brasil>>, 2011. Acesso em: 10 fev. 2012.

ÉPOCA, 14 filmes para entender o holocausto. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75238-15220,00->



FILMES+PARA+ENTENDER+O+HOLOCAUSTO.html>, 2009. Acesso em 10 jan. 2011.

FILMOW, *A chave de Sarah*. Disponível em: <<http://filmow.com/a-chave-de-sarah-t26806/>>, 2011. Acesso em: 10 mai. 2012.

FERRAZ, Francisco Alves. Os livros didáticos e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Luso-Brazilian Review*, v. 47, n. 1, 2010. p. 11-39.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda (Ed.). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Folha de S. Paulo: Nova Fronteira, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In.: LOPES, Antonio H., Velloso, Mônica P. e Pesavento, Sandra J. (Org.). *História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações* Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p. 195-203.

FINKELSTEIN, Norman G. *A indústria do Holocausto*. Trad. Vera Gertel. São Paulo: Record, 2001.

GRAUPNER, Hardy. Livro revela horrores sobre bordéis em campos de concentração na Alemanha Nazista. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,4582960,00.html>, 2009>. Acesso em: 10 abr. 2012

GUZZO, Morgani; BORGES-Teixeira, Nincia Cecilia Ribas. *O genocídio em Ruanda: intersecções entre jornalismo, história e cinema*. v. 24, n. 56, 2010. p. 83-94.

HEDGEPEETH, Sonja M.; SAIDEL, Rochelle G. *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust*. Lebanon: Brandeis University Press, University Press of New England, 2010.

ISRAEL SCIENCE AND TECHNOLOGY DIRECTORY. Disponível em: <<http://www.science.co.il/holocaust-museums.asp>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. ONU aprova norma contra a intolerância religiosa. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505279-onu-aprova-norma-contra-a-intolerancia-religiosa>>, 2011. Acesso em: 10 mai. 2011.

JACOBS, Janet. *Gender and collective memory: Women and representation at Auschwitz*, *Memory Studies*, v. 1, n. 2, 2008. p. 211-225.

LEWGOY, Bernardo. Holocausto, trauma e memória. v. 2, n. 1, 2010, p. 50-56.

MENDA, Leniza Kautz. Um olhar sensível sobre o Holocausto. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em:



<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/972/1083>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

MALERBA, Jurandir, Exercício de memória: interfaces com a história e a historiografia. *Hist. R.*, v. 15, n. 2, 2010. p. 373-391.

MENEGHEL, Stela N.; MARTINI Vial, S. R. *Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências*. Barcelona: Athenea digital, n. 14, 2008, p. 199-213.

MUHLEN, Bruna; DEWES, Diego; STREY, Marlene. Enfrentando as desigualdades de gênero e a violência contra mulheres. Seminário Nacional Sociologia e Política. *Anais...*, 2011.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, v. 37, n. 1, 2006.

NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. A contabilidade a serviço do Nazismo: uma análise da utilização da contabilidade como instrumento de exercício de poder. *Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia*, v. 2, n. 2, 2008, p. 4-14.

OEA. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: convenção de Belém do Pará, Brasil. São Paulo: Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher. (CLADEM)/IPÊ, 1996.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda De Alencar; LOPES, Gertrudes Teixeira; FILHO, Antônio José de Almeida; AMORIM, Wellington Mendonça de. Enfermeiras brasileiras na retaguarda da segunda guerra mundial: Repercussões dessa participação. *Texto Contexto Enferm*, v. 18, n. 4, 2009, p. 688-696.

PRACANA, Clara. Alemanha de Hitler: O Nazismo como fenômeno grupal. uma perspectiva bioniana. *Interações*, n. 3, 2002, p. 69-90.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. Trad. Gabriele dos Anjos. *WebMosaica*, v. 2, n. 1, 2010, p. 9-49.

RAMPIN, Talita Tatiana Dias, Direitos humanos e gênero: um aporte quase universal. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). *Marcadores Sociais da Diferença e Repressão Penal*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 90-100.

RÁDIO GAÚCHA. Grupo skinhead denunciado pelo MP gaúcho vai a Júri Popular em Porto Alegre, acessado em maio de 2012. Disponível em: <<http://www.radioguaiba.com.br/Noticias/?Noticia=184621>>, 2010>. Acesso em 10 abr. 2011.



ROBINSON, S., Rapaport-Bar-Sever, M., Metzger, S. The Feelings of Holocaust Survivors Towards Their Persecutors. *Echoes of the Holocaust*, n. 3, 1994, p. 9-20.

REIS, Alice Casanova; SCHUCMAN Lia Vainer. A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial. *Psicologia em Revista*, v. 16, n. 2, 2010, p. 388-408.

SAIDEL, Rochelle. *The Jewish women of Ravensbrück Concentration Camp*. Terrace Books: The University of Wisconsin Press, 2004.

SANTOS, Mariana Teixeira dos; LUCENA, Pedro Feitosa de; DRAKOULAKIS, Stefanos Georgios Corsino. Comissão de Direitos Humanos (CDH). A nova ordem econômica e a desordem trabalhista. 2010.

SANTOS, Maria Medianeira dos; BEZZI, Meri Lourdes. A manifestação da cultura judaica no território de Philipppson/Santa Maria/RS. *Geografia: Ensino e Pesquisa*, Santa Maria, v. 13 n. 2, 2009, p. 156-162.

SANDER, Robert. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*: Editora Objetiva, 2007.

SANTANA, Évila de Oliveira Reis. Auschwitz: "Nunca Mais"! *Iberoamerica Global*, v. 1, n. 4, 2008, p. 224-246.

SAGOT, M.; CARCEDO, A. *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en America Latina: Estudios de caso de diez países*: Pan American Health Org., 2000.

SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SCOTT, Parry, Fluxos migratórios femininos, desigualdades, autonomização e violência, gênero. In: Arend, Silvia M. F., Rial, Carmen S. d. M., e Pedro, Joana M. (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 47-66.

SCHPUN, Mônica Raisa. Corpo versus texto. Margarethe Levy e Aracy de Carvalho: entre a Alemanha nazista e o Brasil da Era Vargas. In: AREND, Silvia M. F.; RIAL, Carmen S. D. M. e PEDRO, Joana M. (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 79-101.

SILVA, Mariana da. Jurisprudência dos crimes nazistas contra princípios dos direitos humanos. *ETIC*, v. 6, n. 6, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Narrar, transmitir, representar: o testemunho de um sobrevivente francês (judeu e resistente) dos campos de concentração nazista. *Anos 90*, v. 15, n. 28, 2008, p. 221-252.



SIQUEIRA, Sueli; FONSECA, Maria do Carmo da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; e ESCALDA, Patrícia Maria Fonseca. Divisão sexual do trabalho, rearranjos familiares e relações de gênero em comunidade rural de emigração masculina. In: AREND, Silvia M. F., RIAL, Carmen S. d. M. e PEDRO, Joana M. (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 149-170.

SORG, Leticia. Violência sexual na guerra: terror no holocausto. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2011/07/16/violencia-sexual-na-guerra-terror-no-Holocausto/>, 2011a>. Acesso em 10 abr. 2011.

SORG, Leticia. A mais covarde das armas de guerra. *Época*, p. 104-106, 2011b.

SOMMER, Robert, Sexual Exploitation of Women in Nazi Concentration Camp Brothels. In: HEDGEPEETH, Sonja M. e SAIDEL, Rochelle G. (Org.). *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust*. Lebanon: Brandeis University Press, University Press of New England, 2010.

SOUZA, Janine Pacheco. A convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio (1948). In: SALA, Jose Blanes (Ed.). *Relações Internacionais e Direitos humanos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 75-89.

STREIB, Lauren. The best places to be a woman. *Times*, 26 de setembro de 2011, p. 18-21.

TELLES, Norma. Memórias do fundo do poço. In: PEDRO, Joana M., AREND, Silvia M. F. e RIAL, Carmen S. d. M. (Org.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 89-105.

UNITED STATED HOLOCAUST MEMORIUM MUSEUM, Enciclopédia do holocausto. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005176>>. Acesso em: 10 maio 2012.

VIDAL, Germano Seidi. Lembranças oportunas e significativas. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 41, 2002, p. 118-129.

WANG, Diana. *Los hijos de la Guerra: la segunda generación de sobreviventes de la Shoá*. Buenos Aires: Marea, 2007.

WITTNEY, Laurette, Raça e gênero na especificidade migratória: o caso das prostitutas migrantes em Leon (França). In: AREND, Silvia M. F., RIAL, Carmen S. d. M., e PEDRO, Joana M. (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações* (p. 129-147). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.